

✓ Permissão para narrar

Edward Said

Tradução, apresentação e notas

Alessandra El Farⁱ

Apresentação

“Permissão para narrar” foi publicado pela primeira vez em 1984, no *Journal of Palestine Studies*, e, curiosamente, não havia ainda sido traduzido para o português. Sua espantosa atualidade nos leva a refletir sobre o que vemos ainda hoje em relação à questão Palestina, porém sem se resumir a ela. O brilhantismo crítico de Edward Said se revela nesse artigo quando entramos, em sua companhia, nos desdobramentos do pontual e fatídico evento do verão de 1982, no sul do Líbano, para então perceber que, a partir dele, podemos pensar muitas outras questões políticas, culturais e religiosas em contextos diversos.

Aqui, Edward Said retoma o massacre ocorrido em dois campos de refugiados palestinos em território libanês, Sabra e Chatila, e discute suas repercussões em relatórios de comissões internacionais, na mídia e em estudos acadêmicos. Se, por um lado, a defesa de Israel respaldou-se na alegação de uma campanha militar baseada na “pureza de armas”, por outro, entidades como a Comissão MacBride, afirmando que “os fatos falavam por si mesmos”, o declaravam culpado por violentos atos de agressão contrários ao direito internacional.

ⁱ Professora associada de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: el.far@unifesp.br.

É a partir dessa curta afirmativa que Said nos instiga e nos convida a uma reflexão bem mais ampla. Será que “os fatos falam por si mesmos?”. Se falassem, como explicar o contínuo apoio ocidental a Israel, mesmo quando a realidade — ou seja, os fatos — não mais consegue sustentar a visão de um país democrático, liberal, que anseia pela paz. Para Said, no caso da guerra do sionismo contra os palestinos, os fatos nunca falaram por si mesmos, e a compreensão de tal fenômeno ganha contornos mais nítidos quando se coloca no centro da cena a intrínseca relação entre política e cultura, tema predominante em sua vasta obra. Os fatos não estão à espera de serem resgatados por atentos repórteres em busca de verdades nem ficam ali inertes ocultados por aqueles que os ignoram. “Definitivamente”, coloca Said, “precisam de uma narrativa socialmente aceitável para absorvê-los, sustentá-los e colocá-los em circulação”.

Assim, imerso em um profundo exercício filológico, do qual sempre se mostrou adepto, sua pena humanista sublinha a importância de considerarmos a narrativa em sua profunda relação com os contextos históricos, para então notarmos sua capacidade de fomentar paixões coletivas, motivar conflitos, criar estigmas identitários, arraigar divisões intransponíveis entre “eles” e “nós”. Quer dizer, as narrativas, por mais equivocadas que por vezes possam ser, leem fatos, constroem mitos, enraízam verdades, representam grupos sociais, relegam ao esquecimento toda uma nação e seu passado.

“Permissão para narrar” é, então, um texto crítico que procura, ao mesmo tempo, mostrar a “inadmissível existência do povo palestino” para o sionismo, e, por conseguinte, incentivar os próprios palestinos a contar sua história, registrar suas experiências e documentar suas vidas no interior de um viés comunitário que evidencie sua presença enquanto indivíduos dotados de direitos. Por esse motivo, em uma passagem tocante do artigo, Said relembra, durante o cerco de Beirute, o momento em que ligou para amigos e parentes pedindo que anotassem ou gravassem o que estava acontecendo, mesmo ciente da dificuldade de levar aquela missão adiante, em um momento em que sobreviver passava a ser a única preocupação. A ideia contida nesse inesperado pedido era poder disponibilizar ao mundo uma narrativa outra, capaz de se contrapor às costumeiras representações dos palestinos na mídia ocidental, recorrentemente relacionados ao fundamentalismo, à ignorância e à barbárie.

Em certo sentido, esse foi o esforço de Edward Said em diversos momentos da sua vida intelectual. A escrita de *After the Last Sky* (1986), com fotografias de Jean Mohr, e de

sua própria autobiografia, *Out of place: a memoir* (1999) [*Fora do lugar: Memórias*, 2004], manuscrito que iniciou após receber o diagnóstico de uma leucemia incurável, são dois exemplos luminosos dessa empreitada. Ambos os trabalhos, cada um ao seu modo, procuram registrar o testemunho individual e coletivo do povo palestino, deixando para nós a prova concreta de sua existência.

Apesar de enfatizar que as narrativas dificilmente transcendem nacionalismos, cenários políticos e econômicos, histórias de vida e dor, crenças religiosas, em prol de um racionalismo universal, “Permissão para narrar” nos leva a duvidar de tal proposição. O empenho de Said em discutir uma série de livros e autores israelenses, árabes, norte-americanos e europeus nos remete diretamente ao seu projeto intelectual e docente, comprometido, sobretudo, com o “questionamento insatisfeito e implacável” que ele mesmo explicitou em uma entrevista concedida em 2001 (Said, 2006, p. 104), para abarcar, assim, uma “compreensão reflexiva” e um “desvendamento genuíno” (Said, 2007b, p. 19). Que a tradução para a língua portuguesa de “Permissão para narrar” possa contribuir com a tarefa que Edward Said nos deixou: indagar, analisar criticamente e também enfrentar aquilo que desafia por esbarrar, de modo incômodo, em nossas próprias certezas, verdades e vínculos identitários.

Setembro de 2025

Agradecimentos

A publicação em português de “Permissão para narrar”, na revista *Pensata*, apenas foi possível graças à generosidade de Mariam C. Said e da The Wylie Agency (UK) Limited, que nos permitiram publicar este texto por um período inicial de cinco anos. Agradeço também a permissão concedida pelo *Journal of Palestine Studies*, o apoio da Cátedra Edward Said, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e o incentivo incondicional de Carolina Pulici, também editora-chefe da revista *Pensata*.

Referências

SAID, E. *After the Last Sky: Palestinian Lives*. New York: Columbia University Press, 1986.

SAID, E. *Cultura e resistência*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

SAID, E. *Fora do lugar: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SAID, E. O regresso à filologia. In: SAID, E. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007a.

SAID, E. Prefácio da edição de 2003. In: SAID, E. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007b. p. 19.

Permissão para narrar

Edward Said

Permission to narrate by Edward Said. Copyright© 1984, Edward Said, used by permission of The Wylie Agency (UK) Limited.

Journal of Palestine Studies, vol. 13, no. 3, (Spring 1984), pp. 27-48.

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2307/2536688>

Como consequência direta da invasão do Líbano por Israel, em 1982, uma comissão internacional de seis juristas, liderada por Sean MacBride, empreendeu uma missão para investigar as violações israelenses do direito internacional reportadas durante a invasão. As conclusões da comissão foram publicadas em *Israel in Lebanon*¹, por uma editora britânica, já sendo esperado que nenhuma editora poderia ser ou jamais seria encontrada para o livro nos Estados Unidos. Qualquer pessoa inclinada a questionar a alegação israelense de que a “pureza de armas” ditou a campanha militar encontrará respaldo para essa dúvida no relatório, a ponto de considerar Israel culpado também pela tentativa de “etnocídio” e “genocídio” do povo palestino (dois membros da comissão contestaram essa conclusão em particular, mas aceitaram todas as outras). As descobertas são assustadoras — tanto porque elas foram esquecidas ou rotineiramente negadas em reportagens da imprensa quanto porque elas ocorreram. A comissão diz que Israel foi realmente culpado por atos de agressão contrários ao direito internacional; fez uso de armas e métodos proibidos; deliberadamente, indiscriminadamente e imprudentemente bombardeou alvos civis — “por exemplo, escolas, hospitais e outros alvos não militares”; sistematicamente bombardeou cidades, vilas, aldeias e campos de refugiados; deportou, dispersou e maltratou populações civis; não tinha realmente razões válidas “sob o direito internacional para invadir o Líbano, pela maneira como conduziu hostilidades, ou por suas ações como força de ocupação”; foi diretamente responsável pelos massacres de Sabra e Chatila.

Como registro da invasão, o relatório da Comissão MacBride é, portanto, um documento importante. Mas não teve, até agora, efeito significativo sobre aquela força externa — os Estados Unidosⁱⁱ —, cujo indulgente apoio a Israel tem tornado possível a contínua turbulência no Líbano. A questão política do momento é por que, ao invés de alterar fundamentalmente a visão ocidental sobre Israel, os eventos do verão de 1982 têm sido acomodados, exceto em alguns lugares da esfera pública, à visão que prevalecia antes desses acontecimentos: sendo Israel um país civilizado e democrático, constitutivamente incapaz de práticas bárbaras contra palestinos e outros não judeus, a invasão do Líbano foi assim *ipso facto* justificada.

Naturalmente, refiro-me aqui a visões oficiais ou de políticas efetivas, e não aos sentimentos incipientes e indistintos de cidadãos que, a julgar por várias pesquisas, estão descontentes com as ações israelenses. Os níveis de ajuda dos Estados Unidos a Israel, desde o cerco de Beirute, aumentaram a ponto de Israel receber aproximadamente metade de todo o orçamento norte-americano de ajuda externa, a maior parte disso em doações diretas e em subsídios para indústrias israelenses que competem diretamente com as contrapartes dos EUA. Candidatos à presidência, com exceção de George McGovern e Jesse Jackson, superaram uns aos outros em hinos de louvor a Israel. O governo tem renovado o “entendimento” estratégico feito com Israel durante o mandato de Alexander Haig como secretário de Estado, como se a invasão nunca tivesse acontecido. A justificativa era que, recebendo ajuda ilimitada, Israel teria sua segurança assegurada e se mostraria um pouco mais flexível. Isto não aconteceu. E, é claro, Israel agora controla quantidades ainda maiores de terras árabes, com políticas de ocupação que são mais brutalmente e flagrantemente repressivas do que a maioria dos outros regimes de ocupação do século XX.

Gideon Spiro, um israelense, testemunhou à Comissão MacBride:

Nós não pagamos o preço de nada do que estamos fazendo, não nos territórios ocupados, porque Israel é nisso um milagre único. Não há país no mundo com mais de 100 % de inflação, que esteja ocupando a Cisjordânia, ocupando um outro povo, e construindo todos aqueles assentamentos com bilhões de dólares, e gastando 30

ⁱⁱ [N.T.] Optou-se por traduzir a palavra *America*, usada por Edward Said, como Estados Unidos ou simplesmente EUA, já que o termo não se refere ao continente americano. Pela mesma razão, a palavra *american*, que se refere ao povo estadunidense, foi traduzida ao longo do texto como norte-americano como grande parte das traduções da obra de Edward Said para o português.

% do PIB em defesa – e ainda assim podemos viver aqui. Quero dizer, alguém está pagando por tudo isso, se todos podem viver bem e viajar para o exterior e comprar carros, por que não ser a favor da ocupação? São todas guerras de luxo e as pessoas estão muito orgulhosas da maneira como estamos lutando, das vitórias rápidas, da autoimagem do bravo israelense – muito lisonjeiro!

Sim, israelenses têm lutado bem, e, para a maioria, os árabes não: mas como é possível que, como tem sido o caso durante grande parte deste século, ainda sejam mantidas as premissas nas quais o apoio ocidental a Israel se baseia, até mesmo quando a realidade, os fatos, não são capazes de sustentá-las?

Examine mais detidamente o verão de 1982. Um punhado de palestinos e libaneses pobremente armados conteve um enorme exército, força aérea e marinha israelenses de 5 de junho até metade de agosto. Essa foi uma importante conquista política para os palestinos. Entretanto, algo mais estava em jogo na invasão, a julgar por seus resultados um ano e meio depois — resultados que incluem a falta de ação árabe, a cumplicidade síria no malsucedido motim da OLPⁱⁱⁱ e uma hostilidade norte-americana virulenta ao nacionalismo palestino. Esse algo era, acredito, a existência inadmissível do povo palestino, cuja história, realidade e aspirações, como detentoras de uma direção narrativa coerente apontada para a autodeterminação, eram o objeto dessa violência. A guerra de Israel foi projetada para reduzir a existência palestina o máximo possível. A maioria dos líderes e jornais israelenses admitiu a motivação *política* da guerra. Nas palavras de Rafael Eitan, destruir o nacionalismo e as instituições palestinas no Líbano tornaria mais fácil destruí-los na Cisjordânia e em Gaza: os palestinos seriam transformados em “baratas drogadas em uma garrafa”. Enquanto isso, os clichês defendendo o direito de Israel de fazer o que quiser perduram: palestinos são opositores e terroristas, Israel quer paz e segurança, os árabes não aceitam Israel e querem destruí-lo, Israel é uma democracia, sionismo é (ou pode existir de acordo com) humanismo, socialismo, liberalismo e civilização ocidental, os árabes palestinos fugiram em 1948 porque outros árabes mandaram, a OLP destruiu o Líbano, a campanha de Israel foi um modelo de decoro saudado calorosamente pelos “libaneses” e visava apenas à proteção dos moradores da Galileia.

ⁱⁱⁱ [N.T.] OLP sigla para Organização para a Libertação da Palestina, criada em 1964.

Apesar da visão da Comissão MacBride de que “os fatos falam por si mesmos”, no caso da guerra sionista contra os palestinos, os fatos nunca fizeram isso, especialmente nos EUA, onde a propaganda israelense parece ter vida própria. Enquanto, em 1975, Michael Adams e Christopher Mayhew conseguiram escrever sobre uma política coerente, mas não declarada, de censura extraoficial da imprensa britânica, na qual verdades desagradáveis sobre o sionismo eram sistematicamente suprimidas, a situação não é, nem de longe, tão óbvia no que diz respeito à mídia britânica atual. Ela ainda se mantém nos EUA, mas por razões relacionadas a uma recusa aparentemente absoluta por parte dos gestores públicos, da mídia e da *intelligentsia* liberal em fazer conexões, tirar conclusões e declarar fatos simples, a maioria dos quais contradiz as premissas da política declarada dos Estados Unidos. Paradoxalmente, nunca se escreveu nem se mostrou tanto sobre os palestinos, raramente mencionados há 15 anos atrás. Eles estão lá, mas a narrativa de sua realidade atual — que decorre diretamente da história de sua existência na Palestina e de sua expulsão da Palestina, posteriormente Israel — não está presente.

Existe, no ocidente, um aparato disciplinar das comunicações tanto para ignorar a maioria das coisas básicas que poderia apresentar Israel de maneira desfavorável, quanto para punir aqueles que tentam dizer a verdade. Quantas pessoas conhecem o tipo de coisa sugerida pelo seguinte incidente, a saber, a manutenção em Israel de uma distinção rígida entre judeu privilegiado e palestino desprivilegiado? O exemplo é recente, e sua própria trivialidade indica a adesão, já inconsciente, à classificação racial que permeia a política e o discurso oficiais israelenses. Tenho este caso do professor Israel Shahak, presidente da Liga Israelense de Direitos Humanos, que o transcreveu do periódico israelense *Kol Ha'ir*. O jornal relata, com alguma ironia:

A Sociedade dos Criadores de Ovelhas em Israel (uma instituição inteiramente judaica da qual árabes são totalmente excluídos) concordou com o Ministério da Agricultura que um aprisco especial será construído para verificar as várias imunizações nas ovelhas. Quais ovelhas? Ovelhas judaicas em Israel, escreve Baruch Bar Shalev, secretário da Sociedade de Criadores de Ovelhas em uma carta informativa para todos os criadores de ovelhas. Na carta, pede-se que paguem, devido ao custo do aprisco, vinte *shekels* por ovelha judaica. Esta solicitação também foi recebida por Semadar Kramer do secretariado de “Neven Shalon”, nas localidades de Latron.

Semadar Kramer enviou à Sociedade dos Criadores de Ovelhas apenas metade da quantia solicitada para a construção do aprisco judaico tendo em vista que “Neven Shalom” é uma aldeia judaico-árabe, e, portanto, suas ovelhas são também judaico-árabes. Eles também alegam que não têm conhecimento específico sobre casamentos mistos entre as ovelhas, e que ultimamente algumas dificuldades sobre a conversão ao judaísmo foram encontradas em seu aprisco.

Isto, pode-se pensar, é insanidade ou então alguma fantasia cômica produzida pela imaginação de um Swift ou de um Kafka. Ovelhas judaicas? Conversão de ovelhas árabes ao judaísmo? Certamente, essas coisas não podem ser reais. Tais distinções, entretanto, são parte do sistema de exclusivismo possessivo que tem sido imposto sobre a realidade por forças centrais na sociedade israelense. Tal sistema é raramente discutido no Ocidente, certamente não como algo que se assemelhe à intensidade com que o terrorismo palestino é discutido. Quando uma tentativa é feita para falar criticamente de Israel, o resultado é assustador — isso se tal tentativa conseguir alguma difusão. Um pequeno indicador é o fato da Liga Antidifamação nos EUA e do Comitê de Assuntos Públicos América-Israel terem publicado livros identificando os “inimigos” de Israel e insinuando táticas para ações policiais ou de vigilância. Além disso, há a profunda complacência da mídia a que tenho me referido, de modo que interpretações eficazes, especialmente narrativas, do conflito Palestina-Israel são atacadas com força quase unânime ou ignoradas. A recepção do romance *A garota do tambor*, de Le Carré, e do filme *Hanna K.*, de Costa-Gavras, ilustram essas alternativas.

Tendo causado forte impressão regional e internacional durante os anos de 1970 a 1982, a narrativa palestina, como veremos em breve, está agora pouco em evidência. Não se trata de um julgamento estético. Como o próprio sionismo, o nacionalismo palestino pós-1948 teve que alcançar proeminência formal e ideológica bem antes que algum território fosse conquistado. Estranhos nacionalismos estes, conduzidos por anos no exílio e na alienação, por anos projetivos, teimosos, acreditados apaixonadamente. A principal diferença é que o sionismo foi uma flor de estufa cultivada a partir do nacionalismo europeu, do antissemitismo e do colonialismo, enquanto o nacionalismo palestino, derivado da grande onda de sentimento anticolonial árabe e islâmico, tem sido alocado, desde 1967, embora

tingido de sentimento religioso retrógrado, no interior da principal corrente do pensamento secular pós-imperialista. Mais importante ainda, o sionismo é essencialmente um movimento de desapropriação no que diz respeito aos não judeus. O palestinismo, desde 1967, tem sido, em geral, inclusivo, tentando (satisfatoriamente ou não) lidar com o problema criado pela presença de mais de uma comunidade nacional na Palestina histórica. E, entre os anos de 1974 e 1982, houve um genuíno consenso internacional endossando a narrativa comunitária palestina, restaurando-a como um enredo histórico frente ao seu lugar de origem e futura resolução na Palestina. Falo aqui da ideia de que Israel deveria restituir os territórios ocupados e de que um Estado palestino deveria ser criado ao lado de Israel. Que isto ia contra a essência do sionismo, apesar de suas muitas diferenças internas, era óbvio: entretanto, havia muitas pessoas no mundo dispostas e capazes de contestar a declaração de Golda Meir, de 1969, de que os palestinos não existiam historicamente, não tinham identidade comunitária e nenhum direito nacional. Mas, quando toda força do movimento nacional palestino propôs uma resolução política na Palestina baseada na forma narrativa de alienação, retorno e partição, a fim de dar lugar a dois povos, um judaico e outro árabe, nem Israel nem o ocidente aceitaram. Por isso, a amarga luta interna entre árabes e palestinos, causada pelo fracasso de Arafat — isto é, da principal corrente da OLP — em obter alguma resposta real à noção de partição por parte das nações ocidentais mais associadas ao destino da Palestina. Bruno Kreisky apresentou o caso de modo contundente em “*L’échec d’Arafat, c’est notre faute*” (*Les nouvelles*, dezembro de 1983). O simbolismo dos palestinos lutando entre si nos arredores desolados de Trípoli, no norte do Líbano, é muito evidente para ser mal interpretado. O curso que levou os palestinos, na frase de Rosemary Sayigh, de camponeses e refugiados a revolucionários de uma nação no exílio teve, por enquanto, uma parada abrupta, enroscando-se em si mesmo violentamente. O que era antes uma alternativa radical ao código principal do sionismo de exclusivismo judaico parece reduzido a meros pontos no mapa a quilômetros de distância da Palestina. O Líbano, a expansão soviética, a Síria, a militância drusa e xiita, o novo quase tratado norte-americano-israelense — estes dominam a paisagem — absorvem as energias políticas.

Duas anedotas nos dão uma noção do problema político e ideológico que estou tentando descrever. Entre 29 de agosto e 7 de setembro de 1983, as Nações

Unidas realizaram uma conferência internacional, convocada pela Assembleia Geral, sobre a Questão da Palestina. A conferência era para ser realizada em Paris, mas, preocupado com as ameaças de manifestações e incidentes por parte de organizações sionistas francesas, o governo Mitterrand solicitou que fosse realizada em outro lugar: o *quid pro quo* da França à ONU, que estava, de fato, autorizada a realizar a conferência em Paris na sede extraterritorial da Unesco, seria a plena participação da França. A conferência foi devidamente transferida para Genebra, e a França, devidamente também, voltou atrás em sua promessa e participou apenas como uma “observadora”. Cento e trinta e sete nações compareceram, um fato repetidamente alterado para 75 nações pela imprensa dos Estados Unidos. O documento central da conferência era para ser um “Perfil do Povo Palestino” — o título e o foco do estudo foram especificados pela Assembleia Geral. Com um pequeno grupo de outros “especialistas”, fui convidado a produzir o “Perfil”. O documento ficou no gabinete do secretário-geral por três meses e foi devolvido para discussão ao Comitê Preparatório de mais de 20 nações. Ali ficou até o início de junho, quando me disseram que o “Perfil” não poderia ser, nem nunca seria, aprovado para uso na conferência. As razões oferecidas foram, como de costume, diplomáticas e diversas. No entanto, como um embaixador apologético de um país árabe amigo deixou claro para mim, ao situar a existência — e a narrativa histórica — de um povo palestino, o “Perfil” havia “criado” um problema de dupla nacionalidade aos países árabes para os quais os palestinos haviam sido deslocados desde 1948. As mesmas restrições e receios aplicaram-se à proposta que fiz de conduzir o primeiro censo sobre os palestinos, cuja maioria vivia no mundo árabe. Há um contexto árabe e um contexto israelense, me disseram: falar de palestinos fora dos territórios ocupados era desafiar a narrativa coletiva árabe e, nas palavras de um jovem terceiro secretário árabe, ver a história de uma maneira demasiado “liberal e ocidental”. Então, sem narrativa palestina, sem “Perfil”, sem censo: Palestina, sim; palestinos, não.

A segunda anedota vem do outro lado, onde, como vimos, as coisas não são menos peculiares. O comentarista israelense Yoav Karni escreveu em 1983:

Na semana passada, fui convidado para falar no programa *Correct Till Now* da rádio do exército israelense sobre o contexto histórico do terrorismo armênio. Contra seu costume habitual, os editores

insistiram em gravar a conversa de antemão. Depois, entendi o porquê. Perguntaram-me se o holocausto armênio havia realmente ocorrido. Respondi: “Não há dúvida de que ocorreu genocídio. Por milhares de anos um povo viveu em sua terra, e de repente ele não mais existia. Isto é genocídio”, ou palavras com este sentido. A rádio do exército israelense se recusou a transmitir a conversa. Eles estavam dispostos a fazer a transmissão com a condição de que eu mudasse o texto, e dissesse: “Houve um massacre, que talvez se aproxime de genocídio”.

Ele conclui que “talvez, tenha sido o grande erro da última geração judaica o que causou isto. Deveria ter sido proibido aos judeus tratar o conceito de ‘genocídio’ como aplicável apenas para eles. Deveria ser dito em toda escola israelense que muitos outros povos foram, e ainda são, expulsos e massacrados”. Por outro lado, israelenses são informados por Chaim Herzog de que, quando Israel promove boas relações com regimes de direita que praticam discriminação racial e matam seu próprio povo, o único critério deveria ser: “Isso é bom para os judeus?”. Um sentimento similar foi expresso por um judeu-israelense residente da parte norte de Nazaré sobre seus vizinhos árabes-israelenses: “O amor é mais perigoso que o ódio. É perigoso para nossa existência”.

A narrativa palestina nunca foi oficialmente admitida na história israelense, exceto como aquela dos “não judeus”, cuja presença inerte na Palestina era um incômodo a ser ignorado ou expulso. Como resultado, com a exceção de um pequeno e marginal grupo de israelenses, a maior parte de Israel não teve dificuldade de superar a história da guerra libanesa e seus horrores subsequentes. Tomemos Abba Eban — liberal, humano, criterioso. Em sua introdução ao Relatório da Comissão Israelense Kahan, publicado como livro no ocidente, ele elogia a análise “meticulosa” que, em certo sentido, exonera Israel: contudo, ao fazer isso, ele não menciona, em lugar algum, coisas como a natureza explicitamente fascista dos principais aliados de Israel, as Falanges Libanesas^{iv}, ou o fato — que não fala por si mesmo — de que os palestinos no Líbano não eram *ipso facto* “terroristas”, como afirma o Relatório, mas estavam lá porque haviam sido expulsos da Palestina, em consequência de uma declarada política de expulsão.

^{iv} [N.T.] As Falanges Libanesas constituem um partido político de extrema direita, no Líbano, fundado em 1936 e composto em sua maioria por cristãos maronitas.

Assim, tanto quanto Begin e Sharon, Eban se recusou em considerar a OLP mais do que uma gangue de terroristas. Na verdade, ele fez parecer que a OLP e os falangistas, ambos tidos como “principais agentes da tragédia”, fossem igualmente culpados por matar os palestinos em Sabra e Chatila. Eban não diz se “terrorismo” é definido de forma adequada simplesmente ao ser atribuído aos palestinos por causa das mortes israelenses (os números são interessantes — entre 1967 e 1982, 290 israelenses foram mortos em ataques palestinos, enquanto os números da polícia libanesa, da ONU e da Cruz Vermelha apontam as baixas árabes causadas por Israel em 20 mil mortes, apenas entre julho e agosto de 1982), ou se qualquer ato de resistência palestina é terrorismo. Porém, o *outro* relatório israelense sobre Sabra e Chatila é perfeitamente claro sobre a responsabilidade israelense, e até mesmo cúmplice do que aconteceu: refiro-me aqui ao livro poderosamente conciso e brilhante do jornalista israelense Amnon Kapeliouk, *Sabra et Chatila: Enquête sur un Massacre*², que ainda não encontrou uma editora britânica ou norte-americana.

Os fatos definitivamente não falam por si mesmos; eles precisam de uma narrativa socialmente aceitável para absorvê-los, sustentá-los e colocá-los em circulação. Tal narrativa deve ter um começo e um fim: no caso palestino, uma pátria para a resolução de seu exílio desde 1948. Mas, como Hayden White observou em um artigo seminal, “a narrativa de modo geral, do conto popular ao romance, dos anais à ‘história’ plenamente concretizada, tem a ver com aspectos relacionados à lei, legalidade, legitimidade, ou de forma mais geral, *autoridade*”³. Existem numerosas resoluções da ONU certificando os palestinos como um povo, sua luta como legítima, seu direito de ter um Estado independente como “inalienável”. Tais resoluções, no entanto, não têm a autoridade da qual White fala. Nenhuma delas obteve qualquer reconhecimento por parte de Israel ou dos Estados Unidos, que se restringiram a fórmulas não narrativas e indefinidas como — na linguagem dos pronunciamentos indiferentes dos EUA — “resolução do problema palestino em todos os seus aspectos”⁴.

Nenhum telespectador poderia ter tido qualquer dúvida de que os israelenses foram selvagens e impiedosos durante o cerco de Beirute. Ainda assim, uma campanha foi travada na mídia, acusando-a de uma tendência pró-OLP. Essa campanha começou, bem antes da invasão israelense, em publicações pró-sionistas

como a *New Republic*, e continuou muito depois disso em *Encounter*, *Commentary* e *Policy Studies*, bem como em campus de faculdades onde palestras intituladas “NBC in Lebanon: A Study in Misrepresentation” são regularmente oferecidas. O argumento básico é que a mídia tomou certas liberdades com a linguagem, que analogias entre Varsóvia e Beirute estão erradas, que quaisquer imagens mostrando tropas israelenses empenhadas em bombardear alvos claramente civis são antissemitas, que milhões de metros de telejornal são menos confiáveis do que as impressões de um apoiador de Israel, que passou um dia no Líbano visitando o local como convidado do exército israelense. Por trás de todos os ataques à mídia está a alegação de que a OLP intimidou ou seduziu jornalistas para que fossem feitas ofensivas partidárias, antissemitas e antiocidentais contra Israel, uma acusação grandiloquente pronunciada por Norman Podhoretz em sua imitação de Zola, “*J’Accuse*” (*Commentary*, setembro de 1982).

A repetição e acumulação dessas alegações equivalem a uma ortodoxia virtual, estabelecendo limites, definindo áreas, exercendo pressões, ficando o incidente de Chancellor, de julho de 1982, como uma espécie de marco nesse processo. John Chancellor é um destacado comentarista da televisão norte-americana que chegou em Beirute durante o cerco e testemunhou a destruição ocorrida pelo bombardeio indiscriminado que acontecia ao seu redor. A reportagem que ele conduziu frente à vasta audiência nacional incluiu referências a um “Israel selvagem”, a “um Estado imperialista que nunca soubemos antes que existia”. Entretanto, uma semana depois, ele reapareceu em Jerusalém mais ou menos voltando atrás em suas observações de Beirute: o que ele havia visto lá, dizia agora, foi um “erro”, pois Israel não pretendia fazer cerco à cidade, mas havia “esbarrado nisso”. Comentando essa reviravolta, Richard Poirier escreveu em *Raritan Review* que “os sentimentos que surgiram em Chancellor (e em milhões de telespectadores presumivelmente) pelas imagens de televisão simplesmente não tinham para onde ir além do programa”. Longe de apenas mudar sua opinião de uma semana para outra, Chancellor “sem perceber expôs o grau de dependência da estrutura do noticiário noturno frente às ideias sobre a realidade determinadas pelo discurso político e social já legitimado do lado de fora da redação. Sentimentos sobre as vítimas do cerco não poderiam, por exemplo, ser vinculados à ideia de criação de uma pátria palestina desde os Acordos de Camp David, apesar dos compromissos, abafados como são; tal ideia ainda não conseguiu encontrar um

vocabulário viável dentro do que se considera, neste país, um discurso político ‘razoável’”. O que precisa ser somado aos comentários perspicazes de Poirier é que a “ideia” de uma pátria palestina teria que ser viabilizada pela aceitação prévia de uma narrativa que implicasse uma pátria. E a isto tem-se resistido vigorosamente, tanto em termos imaginários e ideológicos quanto politicamente.

Embora seja verdade que a dimensão ideológica é sempre importante em disputas políticas, a peculiaridade aqui é que a distância física do território desejado e o significado intensamente saturado desse território tornam crucial a necessidade de uma projeção ideológica anterior em uma forma narrativa no ocidente. Pois a Palestina é um lugar privilegiado de origem e retorno tanto para o judaísmo quanto para o cristianismo — ainda mais devido ao fato de que a Palestina, por um milênio e meio, esteve em mãos não judaicas, e não cristãs. Ela figura proeminentemente em eventos relevantes, como as Cruzadas, os conflitos imperiais do século XIX, o sionismo, e em toda uma congêrie dos principais textos culturais, que vão desde a autobiografia de Agostinho até a visão de Dante, a dramática geografia de Shakespeare e o apocalipse de Blake. Em termos mais materiais e mundanos, a Palestina também tem sido importante para a experiência árabe e muçulmana: um estudo comparativo desta experiência com a judaica e a cristã seria de extraordinário interesse. O ponto que estou tentando apresentar é que, na medida em que o ocidente, de modo complementar, incumbiu o sionismo de desempenhar um papel na Palestina, ao lado do seu próprio, ele se posicionou contrário à narrativa talvez humilde dos palestinos nativos uma vez ali residentes e agora se reconstituindo no exílio, nos territórios ocupados.

Com esse contexto em mente, a atual desaprovação do terrorismo pode ser mais facilmente entendida. Como articulado primeiramente durante os últimos meses do governo Carter, e amplificado em livros como *The Terrorist Network* e *The Spike*, como também usado sem restrições por oficiais israelenses — e agora por norte-americanos — para descrever “inimigos”, terrorismo é o mais vago e, ainda assim, por essa mesma razão, o mais preciso dos conceitos. Isto não quer dizer, de maneira alguma, que o terrorismo não exista, mas sim sugerir que sua existência tem também suscitado todo um novo sistema de significação. Terrorismo significa, primeiro, em relação a “nós”, uma força estrangeira e gratuitamente hostil. É destrutivo, sistemático

e controlado. É uma teia, uma rede, uma conspiração dirigida de Moscou, via Bulgária, Beirute, Líbia, Teerã e Cuba. É capaz de qualquer coisa. Um fervoroso israelense anticomunista escreveu um livro revelando os massacres de Sabra e Chatila como sendo uma trama arquitetada por Moscou e pela OLP para matar palestinos (usando alemães) a fim de incriminar o Israel democrático. Acima de tudo, o terrorismo passou a significar “nossa” visão de tudo no mundo que parece hostil aos nossos interesses, exército, política e valores.

Como tal, isto pode ser usado retrospectivamente (como nos casos do Irã e do Líbano) ou prospectivamente (Granada, Honduras e Nicarágua) para justificar tudo o que “nós” fazemos e deslegitimar, bem como desumanizar, tudo o que “eles” fazem. A própria indiscriminação do terrorismo, real e descrito, por seu caráter tautológico e circular, é uma antinarrativa. Na sequência, a lógica de causa e efeito entre opressores e vítimas, pressões opostas, tudo isso desaparece envolto em uma nuvem chamada “terrorismo”. Comentaristas israelenses observaram que o uso sistemático da rubrica “terrorista” para descrever palestinos por parte de Begin, Sharon, Eitan e Arens lhes tornou possível usar expressões como “ninhos de terroristas”, “crescimento canceroso” e “animais de duas pernas” a fim de bombardear campos de refugiados. Um paraquedista israelense disse que “todo palestino é automaticamente um terrorista suspeito e, pela nossa definição do termo, isso é realmente verdade”. Deve-se acrescentar que a linguagem e os métodos antiterroristas da Likud^v representam somente um aumento de intensidade em relação às políticas israelenses anteriores, que foram não menos indiferentes em relação aos palestinos como pessoas reais com uma história real.

Não surpreende que os “fatos” e a verdade de uma experiência histórica consecutiva tenham bem pouca chance de uma ampla aceitação ou circulação nesse labirinto de espelhos. Saber, por exemplo, que Stern Gang^{vi}, de Shamir, negociou com os nazistas⁵, ou que tudo o que os israelenses agora fazem aos palestinos constitui brutalidade e opressão que facilmente rivalizam com os atos do regime polonês ou sul-africano, é tão triste quanto saber que ativistas antiapartheid regularmente evitam

^v [N.T.] Likud, fundado em 1973, é um dos principais partidos políticos de Israel.

^{vi} [N.T.] Stern Gang, cujo nome oficial era Lehi, foi uma organização paramilitar sionista que atuou contra as autoridades britânicas na Palestina entre 1940 e 1948. Yitzhak Shamir foi um dos líderes do Lehi.

discussões sobre Israel quando criticam um de seus principais aliados, a África do Sul, ou que os jornalistas norte-americanos não relatam os detalhes da vida cotidiana na Cisjordânia com a tenacidade que dão às reportagens sobre o dia a dia por trás da Cortina de Ferro, ou que líderes do movimento antinuclear nada têm a dizer sobre a ameaça nuclear israelense. Pior ainda, há muita chance de que a ignorância sobre a atitude de Israel em relação aos palestinos mantenha o ritmo com os contínuos elogios sobre o espírito pioneiro, a democracia e o humanismo de Israel. Sobre o desenraizamento dos pomares palestinos em Gaza, em 1972, para dar lugar aos assentamentos, Chomsky observa: isto é “o que é chamado em termos técnicos de ‘fazer o deserto florescer’”⁶.

Já houve refugiados antes. Já houve novos estados construídos sobre as ruínas de outros que ali estavam. A singularidade dessa situação é a incomum centralidade da Palestina, que privilegia uma narrativa ocidental dominante, destacando a alienação e a redenção judaicas — com tudo isso acontecendo como um espetáculo moderno diante dos olhos do mundo. De modo que, quando dizem aos palestinos que parem de reclamar e se estabeleçam em outro lugar como outros refugiados antes deles, eles têm o direito de responder que nenhum outro refugiado foi sistematicamente obrigado a assistir a uma interminável cerimônia de aprovação pública pelo movimento político, exército ou país que fez deles refugiados e que ocupa seu território. Exércitos de ocupação, como Chomsky observa, não costumam “desfrutar da admiração dos intelectuais norte-americanos pelo seu compromisso único e notável com a ‘pureza de armas’”. Para completar, espera-se que os palestinos participem, ao mesmo tempo, com o desmantelamento da sua própria história.

Enquanto as discussões sobre a Palestina e Israel forem conduzidas nesse nível, prevalecerá a força superior do consenso ideológico que venho descrevendo. Os palestinos, inicialmente, terão que desempenhar o principal papel para mudar o consenso e, infelizmente, como de costume, eles não têm sido muito bem-sucedidos. Recordo-me, durante o cerco de Beirute, de dizer obsessivamente a amigos e familiares de lá, por telefone, que eles deveriam gravar e anotar suas experiências; isso parecia crucial como ponto de partida para fornecer ao mundo alguma evidência narrativa, além dos cliques de TV atomizados e reificados, de como era ser o alvo do “antiterrorismo” israelense, também conhecido como “Paz para a Galileia”.

Naturalmente, todos eles estavam demasiado ocupados em sobreviver para levar a sério imperativos teóricos imprecisos urgidos sobre eles, intermitentemente, por um filho, irmão ou amigo distante. Como resultado, a maior parte do material escrito e facilmente disponível produzido desde a queda de Beirute não foi feito, de fato, por palestinos, e, tão significativo quanto, sua variedade foi bastante restrita⁷: um pequeno arquivo a ser discutido em termos de ausências e lacunas — em termos pré-narrativos ou, em certo sentido, antinarrativos. Esse arquivo expressa a triste condição da narrativa palestina na atualidade.

No entanto, isso não torna nenhuma obra em questão menos corajosa, menos indicativa de um novo isolamento moral envolvendo Israel — por toda a ausência de uma narrativa palestina. Cada uma funciona, em algum nível inevitavelmente primitivo, como depoimento valioso, como informação crua para um cenário, Europa e Estados Unidos, onde definições do Oriente Médio servem para encobrir a realidade das ações israelenses. Jonathan Randal — um experiente correspondente internacional norte-americano, veterano do Vietnã, Cuba e Argélia —, assim como John Bulloch, do *Daily Telegraph*, Kapeliouk, Salim Nassib, Caroline Tisdall e Tony Clifton —, é um jornalista escrevendo o que é, na prática, uma reportagem excedente, como se as restrições das colunas de jornal não pudessem incluir o que foi visto⁸. Esse é um fenômeno interessante, talvez um novo modo de jornalismo. Cada um desses escritores, exceto Chomsky, conta uma história simpática aos palestinos, mesmo não concordando sempre politicamente com eles; há também uma solidariedade com aqueles libaneses que têm sofrido por décadas a completa estupidez de seus líderes e amigos estrangeiros. Todos esses escritores fazem a crônica da brutalidade implacável do cerco, a indignação sentida diante da untuosa linguagem dos comunicados militares que maquiavam massacres e heroísmo. Embora suas obras se sobreponham de muitas maneiras, cada uma contribui com uma peça para o panorama mais amplo que Chomsky procura construir com seu estilo indubitavelmente enciclopédico.

Sendo uma narrativa direta da batalha que culmina, em Beirute, entre Israel e a OLP, o livro de Bulloch é difícil de melhorar, embora seja dotado de erros de desatenção (como trocar Said Aql por Basil Aql). Sua concisão e perspectiva implacavelmente dura permitem que emergja um quadro claro, mas circunscrito, de quais forças estavam engajadas em conjunto: em sua conclusão, Israel perdeu a guerra.

Mas mesmo que faça um esforço para descrever o ímpeto do nacionalismo palestino, suas conquistas assimétricas e anômalas no Líbano, seu envolvimento inevitavelmente confuso na política libanesa e síria e seus esforços melhores do que o esperado para lidar com circunstâncias complexas demais para qualquer um superar, ele escreve como alguém de fora, e há pouco em sua narrativa para preparar quem quer que seja para o drama contínuo da OLP, ou para a sangrenta ocupação israelense no sul do Líbano, ou para a catástrofe nacional que se desdobra no Líbano desde agosto de 1982.

Bulloch é da escola que pensa a história do Líbano como a história consagrada dos *zaims* (ou patronos semifeudais), facções e lealdades. Ele segue o principal historiador do Líbano, Kamal Salibi, e nisso⁹, embora diferentemente de Elie Salem (atual ministro das Relações Exteriores do Líbano), Bulloch não concluiu que a repentina prosperidade moderna do Líbano nunca foi, ou jamais poderia ser, mantida sem uma desastrosa revolta — como previu Salem há apenas 12 anos¹⁰. Infelizmente, seria difícil estar mais errado do que isso. Não que alguém tenha acertado mais em prever o cataclismo de duas décadas — primeiro da riqueza, depois da guerra civil — que está dilacerando o Líbano.

O primeiro capítulo de David Gilmour¹¹ expõe a selva que foi “o antigo Líbano” com precisão implacável, e seu último capítulo, de modo premonitório, apresenta o enredo que agora está sendo encenado. Seu relato do tumulto avassalador desencadeado pelo comércio pirata, pela incompetência governamental, pelas confusões regionais e ideológicas, pelas mudanças demográficas tremendas e pelo cinismo absoluto é algo único. Isso dá uma justificativa convincente para a emergência da OLP dentro (em vez de sua “invasão”) do Líbano, onde, entre uma população de refugiados amplamente miserável e confinada, ninguém poderia, de modo algum, sobreviver sem alguma forma de organização política para sua proteção. Percebe-se no livro de Gilmour, contudo, alguma frustração com o caráter recalcitrante e não narrativo dos problemas do Líbano. Nenhuma outra sociedade moderna se dilacerou com essa mistura insana de brutalidade e estilo. Poucos países concentraram dentro de suas fronteiras tamanha coleção de interesses tão impossivelmente heterogênea, a maioria tendo por objetivo a dominação grosseira, o lucro e a manipulação. Um esboço disso é apresentado no título norte-americano do livro de Randal — *Going all*

the way —, e muito do seu conteúdo retrata a irracionalidade do Líbano: a implacável disposição libanesa de armar ainda mais um carro-bomba (certamente, neste estágio pós-político, uma forma de arte) e as fantasias ideológicas estúpidas e oportunistas construídas pelas diferentes facções. Há raízes culturais e intelectuais para as coisas que movem os maronitas, muçulmanos sunitas e xiitas, cristãos ortodoxos gregos e drusos no Líbano, algo que Randal não explora. Uma pena, já que, como ele observa, para um corpo de jornalistas ocidentais afligido com a rotatividade muito rápida e frequente em lugares complicados como o Líbano, há agora uma literatura especializada que não deveria ser ignorada: os estudos pioneiros do Líbano e da Síria por Albert Hourani e Dominique Chevallier, elaborados em conjunto com jovens colegas e estudantes. Em vez disso, Randal confia em seu instinto para essa observação relevante. Seus esboços do xeque-mate, das múltiplas “negações” entre comunidades sobre as quais o Líbano moderno tem se apoiado, são bons, assim como seu retrato da ignorância, trapalhadas e pressões mal calculadas e mal posicionadas dos Estados Unidos.

Nunca houve uma política norte-americana para o Líbano, como qualquer pessoa hoje pode facilmente constatar. Randal, contudo, dá um passo adiante ao caracterizar a fraqueza norte-americana diante da força israelense como algo que ativamente promove a destruição do Líbano. No máximo, “o Líbano, para os Estados Unidos, tornou-se um lugar descartável de lealdades desconhecidas e funcionamento complicado, sem ser inteiramente confiável”. Isto de maneira alguma explica a presença de 2 mil fuzileiros navais e uma flotilha da marinha, mas é um grande passo na direção de nos dizer que nenhuma missão coerente para eles será encontrada e — infelizmente para os libaneses que depositaram sua confiança na política militar dos Estados Unidos — que os fuzileiros navais serão, é quase certo, retirados de lá sem qualquer cerimônia em pouco tempo. Os melhores momentos de Randal acontecem quando ele narra a ascensão de Bashir Gemayel ao poder — uma história arrepiante que desfaz quaisquer ilusões sobre a alegação maronita-falangista de estar defendendo os valores da “civilização ocidental”. É difícil entender o romantismo que recai sobre a curta vida de Bashir, na qual ele era tão capaz de matar quanto de mobilizar os membros de sua própria comunidade. Randal também ajuda a entender as premissas básicas da política israelense sobre o Líbano e a aliança de Israel com a Falange

fascista, apenas recentemente questionada. (Curiosamente, foi um conflito entre agências que trouxe essas questões à tona — entre o Mossad, que promovia as Falanges, e a inteligência militar israelense, que sentia que o Mossad havia perdido “objetividade” ao se identificar em demasiado com seus clientes libaneses.) O livro de Randal retorna ao período logo após a Primeira Guerra Mundial para mostrar como os sionistas previam incorporar o sul do Líbano ao futuro Estado judeu, mas a maior parte de suas evidências data dos anos de 1950 em diante, quando se tornou uma questão da política oficial israelense — fascinantemente documentada nos *Diários* de Moshe Sharett — intervir diretamente nos assuntos libaneses, patrocinar milícias, subornar funcionários, colaborar com os maronitas para ajudar a manter um desequilíbrio entre os aumentos dramáticos na população muçulmana e o controle cristão cada vez mais inflexível, que foi entregue aos oligarcas maronitas pelo colonialismo francês em 1943.

Dois outros livros escritos por jornalistas merecem atenção. Um deles é *God Cried*, de Tony Clifton, que, com as fotografias gráficas e doloridas de Catherine Leroy, narra as agonias de consciência, solidariedade e raiva sentidas por um correspondente australiano ao relatar a experiência palestina e libanesa que culminou no cerco. Clifton despeja tudo — toda a raiva pelo esforço detalhado, quase meticuloso, de Israel em humilhar e causar dor aos próprios refugiados que tinha expulsado em 1948 e que vêm sendo pisoteados desde então. Como no trabalho de Randal, somos obrigados no final a confiar no testemunho sensível e fundamentado de um homem. Há uma ligeira semelhança entre Clifton e Jacobo Timerman, cujo relato desconexo, mas comovente, de um despertar da consciência de Israel tem sido criticado, por alguns, por injustiça a Israel, por outros, por reduzir toda a guerra ao problema de uma testemunha judaica. Em ambos os casos, entretanto, há uma urgência na convicção do autor de que aquilo que ele escreve é injustamente confrontado com uma narrativa pública muito enviesada a favor de Israel.

Pode ter sido por isso, com alguns desses problemas de subjetividade em mente, que Salim Nassib e Caroline Tisdall moldaram seu livro do modo que o fizeram. *Beirut: Frontline Story* tem o efeito de uma sequência de montagem: entrevistas com um amplo espectro de figuras políticas intercaladas com vinhetas da vida cotidiana, das quais a melhor é um pulsante “corte transversal da guerra – cinco

histórias de um bloco de apartamentos de Beirute”, cujos ocupantes são gregos ortodoxos, maronitas, muçulmanos sunitas, drusos e muçulmanos xiitas. Essa é a invasão israelense vista em um vívido microcosmo, a vida cotidiana cirurgicamente retratada: mas, como em um romance de Zola, há uma solidariedade ativa em curso. Os escritos de Nassib no livro eram suas reportagens para o *Libération*, e eles concluem com Arafat abordo do cargueiro grego *Atlantis*, a caminho de Beirute para Atenas, falando sobre a guerra. As páginas de Caroline Tisdall, com descrições de uma testemunha ocular, revivem os massacres de Sabra e Chatila e finalizam com este comentário palestino revelador: “Antes da guerra eles diziam que nós éramos terroristas e que estávamos treinando terroristas em nossos campos. Todos que nos conhecem sabem que éramos combatentes, em quem se poderia confiar, e que estávamos tentando construir uma mentalidade progressista. Por que eles não escreveram isto todos os dias? Isto está relacionado à filosofia: quando você está construindo algo e o inimigo vem e destrói essa coisa repetidas vezes, isto significa que você está no caminho certo, por mais longo que possa ser”. Esse comentário (e especialmente a imagem de repetida destruição seguida por repetidos esforços de reconstrução) deve ser mantido em mente enquanto se percorre o panorama da estupidez, imoralidade e corrupção de Chomsky, em *The Fateful Triangle*, que, por sua documentação, pode ser o livro mais ambicioso já delineado sobre o conflito entre o sionismo e os palestinos que considera como central o envolvimento dos Estados Unidos. Mas esta também não é a narrativa que está faltando.

Pois o livro de Chomsky decididamente não é escrito do ponto de vista de um palestino que tenta, por assim dizer, dar forma nacional a uma vida que agora se dissolve em muitas partículas desconexas. *The Fateful Triangle* é, ao invés disso, uma exposição persistente da corrupção humana, ganância e desonestidade intelectual. É também um livro ótimo e importante, que deve ser lido por qualquer pessoa preocupada com assuntos públicos. Para Chomsky, os fatos estão lá para serem reconhecidos, embora nenhuma outra pessoa os tenha reconhecido de forma tão sistemática. Suas principais fontes israelenses e norte-americanas são surpreendentemente completas, e ele é capaz de registrar contradições, distinções e lapsos que ocorrem entre elas. Porém, como veremos, seu trabalho não é apenas profundamente e inaceitavelmente pessimista: é também um trabalho que não é

crítico e reflexivo o suficiente sobre suas próprias premissas, e isso acontece, em parte, porque ele não olha para trás de uma maneira narrativa, isto é, para o início do conflito entre o sionismo e os palestinos.

Essas críticas não podem ser feitas superficialmente, ou sem reconhecer a energia e a honestidade incomparáveis de sua conquista. Há algo profundamente comovente sobre uma mente de ideais tão nobres repetidamente mobilizada em nome do sofrimento humano e da injustiça. Pensa-se aqui em Voltaire, em Benda, ou em Russell, embora mais do que qualquer um deles, Chomsky domina o que ele chama de “realidade” — fatos — envolvendo um repertório de tirar o fôlego. Ele tem dois objetivos. Um é o relato das origens do ataque de Israel sobre os palestinos durante sua invasão no Líbano, em 1982; desse relato surge um levantamento da história diplomática, intelectual, econômica e política que conecta esses reinos díspares uns aos outros. Sua principal alegação é de que Israel e Estados Unidos — especialmente estes últimos, vistos por Chomsky como o arquivilão da história — rejeitam e são contrários à paz, enquanto os árabes, incluindo a OLP, têm tentado por anos se adaptar à realidade de Israel.

O outro propósito do livro de Chomsky é comparar a história — tão profundamente desumana, cínica e deliberadamente cruel com o povo palestino — com seu registro reescrito sistematicamente, mantido por aqueles que Chomsky chama de “os apoiadores de Israel”. Como em outros de seus livros, a argumentação de Chomsky é a de que a *intelligentsia* liberal (Irving Howe, Arthur Goldberg, Alan Dershowitz, Michael Walzer, Amós Oz, Jane Fonda, Tom Hayden, Shlomo Avineri, Martin Peretz) e mesmo segmentos da esquerda organizada são mais culpáveis, mais dados à mentira, do que são os conservadores. A mídia ocidental se sai mal em comparação às suas contrapartes israelenses, embora Chomsky observe, de modo perspicaz, que a precisão da mídia raramente é uma questão de boa vontade ou de jornalistas que não são hipócritas: é apenas “a mentalidade totalitária”, que governa o ocidente desde o Vietnã, que nem sempre consegue acompanhar a vida agitada dos fatos nas democracias ocidentais.

Assim, o livro pode ser lido como uma guerra prolongada entre fato e uma série de mitos — democracia israelense, pureza de armas israelense, ocupação benigna, nenhum racismo contra árabes em Israel, terrorismo palestino e paz para a

Galileia. Embora o modelo de Chomsky para esses mitos seja a novafala e o duplipensamento orwellianos^{vii} (aspectos, ele diz, de uma revisão da história na era pós-Vietnã), o processo de dismantelar ao qual ele submete os mitos é, na verdade, uma forma de desconstrução, já que todo o material que ele usa contra textos, como a *New Republic*, o *New York Times* e o *Jerusalem Post*, é ele próprio textual. Quase em todos os lugares para onde olha, ele encontra a supressão ou desculpas diretas para o gangsterismo (como quando o *New Republic*, em 27 de julho de 1977, publica “a primeira defesa explícita da tortura a aparecer no ocidente além dos desvarios da ultradireita na França durante a Guerra da Argélia”), tudo feito com o interesse de sustentar a hegemonia israelense e norte-americana. Depois de apresentar a narrativa “oficial”, ele a explode com vastas quantidades de evidências contrárias, levando-nos à conclusão de que o Oriente Médio, ao lado do resto do mundo, está a caminho do Armagedom.

Posso dar aqui apenas uma vaga ideia de seus métodos e recursos tremendamente eficazes — suas milhares de notas de rodapé, sua ironia frequentemente raivosa e sua compaixão pelos fracos, esquecidos e caluniados. Assim, enquanto ele nos conta de soldados israelenses mais velhos testemunhando que mesmo no serviço militar europeu, durante a Segunda Guerra Mundial, eles não viram nada comparado à destruição do campo Ain al-Hilweh, ou que “interrogatórios longos e repetidos eram acompanhados por constantes espancamentos, ou ataques de cães com coleiras”, ou que guardas de fronteira israelenses forçavam as pessoas a rastejar, latir e enaltecer Begin, ou que durante punição coletiva na aldeia de Halhul, na Cisjordânia, “as pessoas eram ordenadas a urinar umas nas outras, cantar ‘Hatikva’.... lambe o chão”, ou que o diretor-geral da Autoridade da Radiodifusão de Israel, em 1974, escreveu um artigo expressando sua preferência pela África do Sul sobre a África Negra, completo “com citações de pesquisas provando a inferioridade genética dos negros”, ou seja, ao passo que ele dá esses e literalmente milhares de outros detalhes horríveis, ele nota o silêncio do *New Republic*, o elogio à pureza de armas israelense, a defesa da política de ocupação de Israel (detenção coletiva, tortura

^{vii} [N.T.] Optou-se por traduzir os termos “newspeak” e “doublethink”, presentes no livro *1984*, de George Orwell, como “novafala” e “duplipensamento”, respectivamente, em consonância com a tradução de Alexandre Hubner e Heloisa Jahn. Cf. George Orwell. *1984*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

e assassinato), o elevado elogio aos valores morais de Israel, o testemunho de autoridades culturais como Saul Bellow, que vê em Israel uma terra “onde quase todos são razoáveis e tolerantes, e o rancor contra os árabes é raro”. Pior ainda, há os muitos casos em que apologistas do sionismo e do socialismo, como Irving Howe, ignoram os assassinatos de judeus pelo Irgun^{viii}, falam sobre os males de Begin (embora grande parte das evidências de Chomsky seja a de que o Labor^{ix} era, ao menos, tão ruim quanto o Likud) e então passam a se pronunciar sobre a “habitual violência” da política árabe. Chomsky dá muita atenção à perseguição racial organizada de árabes e judeus “orientais”, geralmente instigada por autoridades eruditas ou religiosas, ou por figuras como Elie Wiesel, que usam o holocausto para legitimar excessos: ele também observa que nenhum dos apoiadores liberais de Israel tem algo a dizer sobre isso.

Chomsky não é especialmente gentil com a OLP, cujo “autodestrutivismo” e “caráter suicida” ele não gosta mais do que seu programa de luta armada e violência errática. Os regimes árabes, ele diz, não são “decentes”, e, ele poderia ter acrescentado, não são também populares. Mas isso — e não por acaso — é uma das lacunas desse livro quase absurdamente completo. Estou me referindo à sua relativa falta de atenção ao mundo árabe. Ele está certamente correto ao dizer que existe uma prática padrão ocidental, racista em sua origem, que descarta fontes árabes como não sendo confiáveis, sugerindo assim que a indisponibilidade do trabalho árabe escrito no ocidente é devida, em parte, à mesma censura “democrática” que promove a imagem de Israel. Sim, mas a dinâmica de “um triângulo fatídico” faria mais sentido se, incluído nele, pudesse haver algum relato das tendências políticas, sociais e econômicas no mundo árabe — ou se fosse mudado para a figura de um quadrado ou círculo. Entre tais tendências seria preciso incluir a dependência econômica dos Estados Árabes em relação aos Estados Unidos (resultando, em alguns casos, na colaboração direta com Israel); a quase total ausência de liberdades democráticas no mundo árabe; as relações peculiares existentes entre os palestinos, ou mesmo com a OLP, e vários países árabes; a penetração cultural ocidental no mundo árabe e a reação islâmica que isto tem gerado; e o papel da esquerda árabe e da União Soviética. Apesar

^{viii} [N.T.] Irgun foi uma organização paramilitar sionista que atuou na Palestina entre 1931 e 1948.

^{ix} [N.T.] Labor foi o Partido Trabalhista Israelense, fundado em 1968 e dissolvido em 2024.

da sua disposição declarada de ter paz, os regimes árabes não conseguiram fazer a paz nem mobilizar suas sociedades para a guerra: tais fatos — que não são inteiramente uma consequência da rejeição israelense-norte-americana — não são plenamente considerados por Chomsky.

Há também alguma confusão no livro, alguma inconsistência no nível dos princípios. O quadro normativo proposto por Chomsky — com o qual estou de acordo — é de que a Palestina deveria ser dividida em dois Estados e de que a OLP e a maioria dos Estados Árabes tinham esse objetivo em mente pelo menos desde o início dos anos de 1970. Acho que ele está absolutamente certo em dizer que, devido ao fato de — nas palavras de comentadores israelenses como Yehoshua Porath e Danny Rubenstein — Israel temer mais os palestinos moderados e responsáveis do que os terroristas, foi Israel, ajudado pelos Estados Unidos, que impediu qualquer realização desse plano razoável, mesmo que imperfeito. No entanto, não está claro para mim como se pode reconhecer que o sionismo sempre excluiu e discriminou os árabes — algo que se opõe — e, ainda assim, afirmar que os judeus têm um direito comunitário de se assentarem na Palestina mesmo vindos do exterior. Meu ponto é que aqui é preciso definir mais explicitamente quais são esses direitos, e de que modo sua definição desses direitos não é semelhante à daqueles sionistas que simplesmente desconsideraram o fato de já existirem habitantes árabes na Palestina. Como se pode formular o direito de mover pessoas para a Palestina, para além da vontade de todos os palestinos nativos já ali presentes, sem, ao mesmo tempo, implicar ou repetir o trágico ciclo de violência e contraviolência entre palestinos e judeus? Como evitar o que tem acontecido sem levar em consideração de forma mais precisa as reivindicações *permitidas*?

Ao deixar esse problema sem solução, Chomsky é conduzido a uma das principais dificuldades do seu livro — quer dizer, sua visão pessimista de que “é tarde demais” para qualquer acordo razoável ou aceitável. Os fatos, é claro, estão com ele: a taxa de colonização judaica na Cisjordânia passou de qualquer marca facilmente recuperável, e, como disseram Meron Benvenisti e outros israelenses anti-Likud, a luta pela autodeterminação palestina nos territórios ocupados está encerrada e perdida. Pessimismo do intelecto e pessimismo da vontade... Mas a maioria dos palestinos diria em resposta: se esses são os fatos, então tanto pior para os fatos. A

realidade que se sobrepõe é que a luta entre o sionismo, em sua forma atual, e os palestinos está muito longe de terminar; o nacionalismo palestino teve, e continuará a ter, uma realidade integral própria, que, na visão de muitos palestinos que realmente vivem a luta, não se trata de ir embora ou então de se submeter aos danos causados pelo sionismo e seus apoiadores. Curiosamente, é isso que Chomsky não vê, ou talvez não possa ver, embora ele esteja certo ao prever uma piora na situação, com o aumento nos níveis de violência, somados à polarização, à militarização e à irracionalidade. Ao ter aceitado o primeiro princípio sionista sobre o direito de assentar judeus na Palestina contra a vontade de seus habitantes nativos, Chomsky, quase inconscientemente, dá o próximo passo assumindo que a luta palestina terminou e que os palestinos desistiram — talvez porque sua existência histórica não o tenha convencido totalmente de sua permanência. Talvez desistir seja a coisa racional a se fazer, embora — e aqui as próprias energias combativas de Chomsky o contradizem — injustiça seja injustiça, e ninguém deveria aquiescer a ela. O próprio Chomsky, com essa obra massiva, é um exemplo disso.

Isso levanta outro problema. Seu isolamento da real arena de disputa, sua distância do poder como um intelectual ferozmente convicto e sua capacidade de dizer a verdade desapaixonada (embora não consiga mais escrever em lugares antes hospitaleiros como a *New York Review of Books*) tornaram possível para ele evitar as armadilhas ideológicas e a desonestidade que ele percebe nos apologistas israelenses e norte-americanos. Não há, é claro, adoração ao Estado em Chomsky; nem há qualquer encobrimento de verdades desconfortáveis ou de práticas indecentes que existem dentro do próprio campo. Mas será que o isolamento, a preocupação com a justiça e a paixão de registrar injustiças são suficientes para garantir a própria liberdade em relação à ideologia? Quando Chomsky alega estar lidando com fatos, ele realmente lida com mais fatos do que seus oponentes. Mas onde estariam os fatos senão inseridos na história e depois reconstituídos e recuperados por agentes humanos instigados por alguma narrativa histórica percebida, desejada ou esperada, cujo objetivo futuro é restaurar a justiça aos despossuídos? Em outras palavras, tanto os repórteres de fatos, como Chomsky, quanto os ocultadores de fatos, como os “apoiadores de Israel”, estão agindo dentro da história, de acordo com normas codificáveis de representação, em um contexto de competição de valores ideológicos

e intelectuais. Quando ele apresenta os fatos de modo tão amplo, tão claro, tão completo quanto qualquer pessoa viva, Chomsky não está meramente realizando uma tarefa mecânica de reportagem, a partir de algum ponto arquimediano fora da propaganda e do clichê: ele está fazendo algo extremamente sofisticado, sustentado por padrões de argumentação, coerência e prova que não são derivados do meramente “factual”. Mas a ironia é que Chomsky não reflete teoricamente sobre o que faz: ele simplesmente faz. Então, por um lado, ele nos deixa supor que dizer a verdade é uma questão simples, enquanto, por outro lado, compila evidências em massa, mostrando que ninguém realmente consegue lidar com os fatos. Como podemos, então, supor que um homem possa dizer a verdade? Ele acredita que, ao escrever esse livro, levará outros a dizer a verdade também? O que torna possível para nós, como seres humanos, encarar os fatos, fabricar novos, ou ignorar alguns e focar em outros?

Respostas a essas questões devem residir em uma teoria da percepção, uma teoria da atividade intelectual, e em um relato epistemológico de estruturas ideológicas, visto que elas pertencem a problemas específicos, bem como a circunstâncias históricas concretas e geográficas. Nenhuma dessas coisas é algo que um indivíduo sozinho possa produzir; e nenhuma é possível sem algum sentido de compromisso comum ou coletivo a fim de atribuir a elas mais do que uma validade pessoal. É esse compromisso que as narrativas nacionais autorizam e representam, embora a compreensível relutância de Chomsky de aderir a qualquer linha nacional ou estatal o impeça de admiti-lo. Porém, em uma situação como a dos palestinos e israelenses, dificilmente se pode esperar que alguém abandone a busca pela identidade nacional e vá diretamente para um racionalismo universal que transcenda a história. Cada uma das duas comunidades, por mais equivocadas que possam estar, está interessada em suas origens, sua história de sofrimento e sua necessidade de sobreviver. Reconhecer esses imperativos como componentes da identidade nacional e tentar conciliá-los, em vez de descartá-los como mera ideologia não factual, me parece ser a tarefa em questão.

¹ Sean Macbride, et al. *Israel in Lebanon: the report of the International Commission*. London: Ithaca Press, 1982.

² Amnon Kapeliouk. *Sabra et Chatila enquête sur un massacre*. Paris: Le Seuil, 1982.

³ *Critical Inquiry*, Autumn 1980.

⁴ O estudo persuasivo de Mark Heller, um cientista político israelense do Center for Strategic Studies, da Universidade de Tel Aviv, *A Palestinian State: The Implications for Israel*. Cambridge: Harvard University Press, 1983, representa uma exceção. Heller argumenta que um estado palestino na Cisjordânia e em Gaza seria mais interessante e desejável para Israel do que a anexação ou a restituição dos territórios para a Jordânia.

⁵ O contexto de colaboração entre grupos e indivíduos sionistas e vários fascistas europeus é estudado por Lenni Brenner, em *Zionism in the Age of the Dictators: A Reappraisal*. London: Croom Helm, 1983; Westport, CT: Lawrence Hill, 1983.

⁶ Noam Chomsky. *The Faithful Triangle: Israel, the United States and the Palestinians*. London: Pluto Press, 1983; Boston: South End Press, 1983.

⁷ Há uma exceção a ser observada: Lina Mikdadi. *Surviving the Siege of Beirut*. London: Onyx Press, 1983. Esta obra apresenta um relato libanês-palestino da vida em Beirute durante o cerco.

⁸ Jonathan Randal. *The Tragedy of Lebanon: Christian Warlords, Israeli Adventurers and American Bunglers*. London: Chatto, 1983; New York: Viking Presse, 1983. John Bulloch. *Final Conflict: The War in Lebanon*. London: Century Publishing, 1983. Salim Nassib and Caroline Tisdall. *Beirut: Frontline Story*. London: Pluto Press, 1982. Tony Clifton and Catherine Leroy. *God Cried*. London: Quartet, 1983.

⁹ Kamal Salibi. *The Modern History of Lebanon*. New York: Praeger, 1965; e *Crossroads to Civil War: Lebanon 1958-1976*. Albany, N.Y.: Delmar, 1976; London: Ithaca Press, 1976.

¹⁰ *Modernization Without Revolution: Lebanon's Experience*. Bloomington and London: Indiana University Press, 1973.

¹¹ David Gilmour. *Lebanon: The Fractured Country*. Oxford: Robertson, 1983.